



ATLAS DA

VIOLÊNCIA ARMADA

**CONTRA POVOS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

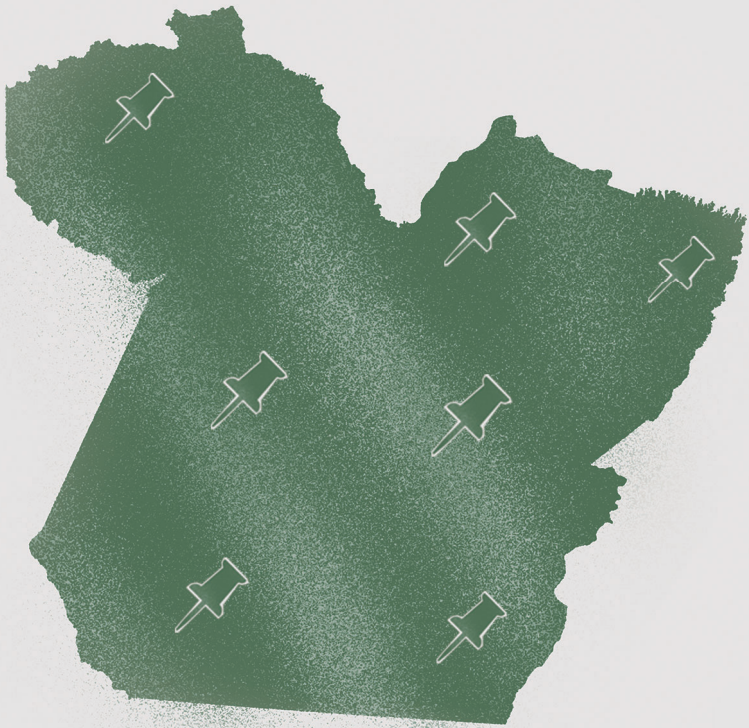
DA AMAZÔNIA PARAENSE

ATLAS DA

VIOLÊNCIA ARMADA

**CONTRA POVOS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

DA AMAZÔNIA PARAENSE



1.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A Amazônia brasileira enfrenta um processo acelerado de expansão da violência armada sobre territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais povos e comunidades tradicionais¹. Conflitos fundiários, grilagem, mineração ilegal, narcotráfico e a atuação de grupos armados se territorializam de forma crescente sobre esses espaços, ameaçando não apenas a integridade física de suas populações, mas também seus modos de vida, formas de organização coletiva e sistemas de conhecimento ancestral.

Quatro conjuntos de dados ajudam a ilustrar a pressão da violência armada sobre a Amazônia Brasileira:

- Os dados mais recentes do Atlas da Violência (IPEA, 2025) mostram que, passados 20 anos do Estatuto do Desarmamento, os homicídios por arma de fogo caíram 15% no conjunto do país. No entanto, essa queda não expressa a realidade do Norte do país, onde as mortes por arma de fogo explodiram (+134%) e passaram

¹ Os Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social e dependem dos territórios e dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, conforme reconhece o Decreto Federal nº 6.040/2007. Na Amazônia Paraense, essa diversidade inclui povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadoras artesanais e agroextrativistas.

a compor, ao lado dos estados do Nordeste, o novo eixo de concentração da violência armada do país.

- A violência armada também se interiorizou. O projeto Cartografias da Violência na Amazônia aponta que as taxas de homicídios em cidades pequenas e médias tornaram-se até maiores do que nos grandes centros urbanos da Amazônia. Entre 2021 e 2022, os assassinatos caíram nas cidades de perfil urbano e intermediário — respectivamente, 0.8% e 0.6%. Já nas cidades rurais eles cresceram 7.3% (FBSP e Instituto Mãe Crioula, 2023). Esse perfil de crescimento da violência armada se explicaria pelo avanço do crime organizado na Amazônia, que conta com ao menos 17 facções ativas operando em 344 municípios (FBSP e Instituto Mãe Crioula, 2025).
- A violência promovida pelas facções não inaugura o problema da violência armada e dos homicídios na Amazônia brasileira. Pelo contrário, ela se soma a padrões históricos de violências e de disputas por terras. Os dados da Comissão Pastoral da Terra sobre violência no campo mostram que, entre 2013 e 2022, a Amazônia Legal assumiu a liderança no número de conflitos por terra. Em 2025, a região respondeu por 63% do total desse tipo de conflitos no país e 61% dos casos de assassinatos decorrentes dos mesmos.
- O deslocamento da fronteira de incidência da violência armada no país não se dá sem uma mudança na cultura de acesso a armas. Uma das formas de observar essa mudança é através da abertura de clubes de tiro que se tornou visível através de reportagem de Carol Castro, no *The Intercept Brasil* (2022). Entre 1974 e 2017, 86 clubes de tiro foram abertos na Amazônia Legal. Em menos de 5 anos, entre 2018 e meados de 2022, outros 137 foram abertos, indicando o crescimento exponencial do uso de armas de fogo na região, em especial no entorno de áreas de proteção e territórios indígenas.

É neste contexto que nasce o **Atlas da Violência Armada contra Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia Paraense**: estudo que parte do reconhecimento da gravidade das violências que pressionam as pessoas nesses territórios; da interconexão entre a agenda climática e segurança pública; e da baixa disponibilidade de dados sistematizados, territorializados e longitudinais sobre como a violência armada afeta especificamente essas populações. A pesquisa originou e é assinada pela **Rede de Governança de Territórios em Vulnerabilidade** — composta por organizações, coletivos e comunidades que atuam para preservar a Amazônia paraense e as suas populações tradicionais. A Rede tem com o objetivo monitorar de forma sistemática as ameaças e violações contra os povos defensores da floresta, bem como agir para garantir a segurança de seus territórios, modos de vida e lideranças.

A pesquisa adotou uma abordagem de pesquisa-ação militante, combinando escuta ancestral, observação participante, cartografia social, geoprocessamento e triangulação com bases de dados secundárias. Foram realizadas atividades em 29 territórios/comunidades tradicionais, distribuídos por sete regiões do estado do Pará — Vale do Acará, Médio Xingu, Carajás, Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, Região Metropolitana de Belém e Marajó —, envolvendo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas, pescadores artesanais, movimentos sociais, organizações de mulheres, ocupações e periferias urbanas. Ao todo, a pesquisa contou com 101 participantes, 34 entrevistas em profundidade, 4 exercícios de mapeamento participativo e 7 rodas de conversa e grupos focais.



2.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A pesquisa apontou a violência armada como elemento transversal e potencializador de diversos outros tipos de violências que pressionam os povos e comunidades tradicionais. Embora a intensidade e as formas de manifestação variem entre os territórios, foram registrados relatos de ameaças armadas, atentados, disparos de arma de fogo, baleamentos, tentativas de homicídio, execuções e assassinatos nas sete regiões analisadas. As armas funcionam simultaneamente como instrumentos de intimidação, controle territorial, eliminação de defensores e imposição de interesses econômicos sobre áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais. Sua presença reorganiza a vida cotidiana ao restringir a circulação, esvaziar espaços de uso coletivo e produzir tempos e territórios de medo que afetam desde as atividades produtivas até as práticas culturais e a organização política das comunidades.

As atividades de cartografia social e mapeamento participativo demonstraram que a violência é vivenciada e percebida de forma territorializada. Os mapas produzidos pelas comunidades evidenciaram a sobreposição entre áreas de uso tradicional, conflitos fundiários, circulação de grupos armados, atividades ilegais e empreendimentos econômicos. Ao mesmo tempo, revelaram a existência de territórios de proteção, redes de solidariedade, rotas seguras e estratégias

comunitárias de resistência. A espacialização dessas dinâmicas permitiu identificar impactos que frequentemente não aparecem em registros governamentais, como a restrição da circulação, o abandono de áreas produtivas e a redefinição cotidiana dos usos do território em função do medo e da insegurança.

Outro resultado da pesquisa refere-se às formas de resposta construídas pelos próprios povos e comunidades tradicionais diante dos contextos de violência. Apesar das especificidades territoriais, observa-se um elemento comum entre as diferentes experiências observadas: a organização em rede como estratégia central de proteção, resistência e permanência nos territórios. Redes de vigilância indígena, sistemas comunitários de alerta, associações quilombolas, articulações ribeirinhas, organizações populares e mecanismos locais de autoproteção demonstram que o enfrentamento da violência ocorre, em grande medida, por meio da construção de vínculos coletivos, da circulação de informações e da ação coordenada entre comunidades e lideranças. Esse resultado reforça a importância da constituição de espaços seguros e enraizados como a **Rede de Governança de Territórios em Vulnerabilidade**, uma vez que dialoga diretamente com estratégias já existentes nos territórios.

QUADRO-SÍNTESE: PRINCIPAIS DINÂMICAS POR REGIÃO

Região	Principal vetor de pressão	Principais violências	Resposta comunitária
Vale do Acará	Expansão do dendê, mineração e invasões territoriais.	Baleamentos, atentados, assassinatos, ameaças a lideranças, violência estatal e restrição do uso do território indígena.	Retomadas territoriais, vigilância indígena e sistemas próprios de autoproteção.
Médio Xingu	Belo Monte, mineração, garimpo e reconfiguração territorial.	Homicídios, atuação de facções, pirataria, tortura, perseguições e recrutamento de jovens.	Redes associativas, articulação comunitária e mecanismos locais de proteção.
Carajás	Mineração, concentração fundiária, grandes infraestruturas e disputa pela terra.	Execuções, chacinhas, listas de morte, violência policial, criminalização de movimentos sociais e repressão a lideranças.	Mobilização comunitária, organização popular e sistemas comunitários de segurança.
Baixo Amazonas	Expansão portuária, grilagem, exploração madeireira e conflitos territoriais.	Ameaças armadas, presença de grupos armados, emboscadas, vigilância de lideranças, intimidação e restrição da mobilidade e do uso do território.	Mobilização comunitária, organização local e vigilância territorial indígena

Baixo Tocantins	Controle dos rios, expansão industrial e logística portuária.	Pirataria fluvial armada, tortura, espancamentos, assassinatos de defensores, intimidação e deslocamentos compulsórios.	Redes comunitárias de alerta, articulação ribeirinha e mobilização comunitária
Região Metropolitana de Belém	Pressão urbana sobre territórios tradicionais, racismo estrutural e insegurança fundiária	Assaltos armados, ameaças, perseguições, restrição da circulação e invisibilização quilombola	Organização comunitária quilombola e fortalecimento das redes locais de resistência
Marajó	Conflitos territoriais quilombolas e morosidade na regularização fundiária	Ameaças e intimidação de lideranças, insegurança territorial quilombola, fragilidade da proteção estatal, invisibilização e limitações produtivas.	Associações quilombolas e fortalecimento da organização territorial comunitária

A) VIOLÊNCIA ARMADA

O uso de armas de fogo constitui um fator recorrente de agravamento da violência, não se configurando como um fenômeno isolado nos territórios escutados, mas como um elemento presente em todos eles, seja de forma material, por meio da imposição de signos de violência, da exibição ou do uso efetivo das armas; seja de forma simbólica, atuando no imaginário coletivo e no espectro permanente da ameaça. Portanto, compreender a centralidade das armas de fogo é fundamental para que as demais dinâmicas de violência tratadas

na pesquisa sejam analisadas em sua real gravidade, profundidade e alcance na Amazônia.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a violência armada assume diferentes formas conforme o contexto territorial. Foram registrados assaltos armados em territórios quilombolas da Região Metropolitana de Belém, pirataria fluvial armada no Baixo Tocantins, ameaças armadas contra comunidades pesqueiras e quilombolas no Baixo Amazonas e no Marajó, além da presença de grupos armados atuando sobre áreas estratégicas para o controle de recursos naturais. Em regiões marcadas por conflitos fundiários e grandes empreendimentos, como Carajás, Vale do Acará e Médio Xingu, a violência armada se expressa por meio de baleamentos, atentados, execuções, chacinas, listas de morte, homicídios, ataques contra defensores territoriais e atuação de facções criminosas.

Encontrou-se percepções convergentes que indicam o aprofundamento da violência em conflitos novos e antigos, evidenciado principalmente pelo aumento da presença de seguranças particulares armados a serviço de empresas envolvidas em disputas territoriais; pelo surgimento de grupos armados e milícias que atuam em defesa de interesses privados; pelo aparelhamento de forças de segurança em contextos de conflito; e pelo avanço de grupos faccionados sobre áreas estratégicas dos territórios, associados ao tráfico de drogas, ao controle de rotas, à exploração ilegal de recursos naturais e à expansão de sua influência territorial. Destaca-se, também, a presença de novos tipos de armamentos e calibres, o que reduz ainda mais as capacidades de resposta dos povos e comunidades tradicionais, tornando-os mais expostos às ameaças externas e aos episódios de violência extrema, com pouca ou nenhuma capacidade efetiva de defesa.

A violência armada também produz efeitos indiretos que ultrapassam os episódios de agressão física. Em diversos territórios, sua presença resulta na restrição da circulação, na mudança de rotas de deslocamento, na redução das atividades de pesca e produção, na limitação do uso tradicional dos territórios e na ampliação do medo coletivo.

Jovens tornam-se mais vulneráveis ao recrutamento por grupos criminosos, lideranças passam a viver sob ameaça constante e comunidades inteiras reorganizam seu cotidiano em função da insegurança.

B) VIOLÊNCIA TERRITORIAL E FUNDIÁRIA

A violência territorial e fundiária é o eixo mais recorrente da pesquisa e aparece como elemento estruturante de grande parte dos conflitos identificados. As disputas pelo controle da terra, dos recursos naturais e das infraestruturas estratégicas constituem a base sobre a qual se articulam outras formas de violência, como ameaças, assassinatos, criminalização de lideranças e restrições ao uso dos territórios.

Os resultados demonstram que essas dinâmicas assumem diferentes configurações conforme o contexto regional. No Vale do Acará, destacam-se a expansão da monocultura do dendê, a mineração e as invasões de terras indígenas. No Médio Xingu, os conflitos estão associados aos impactos de Belo Monte, ao avanço da mineração e do garimpo. Em Carajás, predominam os conflitos fundiários e as disputas pela terra. No Baixo Amazonas, a expansão portuária, a pressão sobre recursos naturais e as invasões territoriais afetam comunidades indígenas, ribeirinhas e pesqueiras. No Baixo Tocantins, o controle dos rios e recursos pesqueiros se soma aos efeitos da expansão industrial e portuária. Já na Região Metropolitana de Belém e no Marajó, a insegurança fundiária e os conflitos envolvendo territórios quilombolas revelam a persistência de disputas históricas pelo reconhecimento e regularização dos territórios.

A pesquisa registrou ainda situações em que o território permanece formalmente ocupado pelas comunidades, mas passa a ser utilizado de forma limitada em razão do medo, das ameaças ou da presença de agentes externos. Áreas de pesca, coleta, circulação e uso tradicional deixam de ser acessadas, produzindo uma redução concreta da autonomia territorial. Os impactos aparecem na diminuição da atividade

pesqueira, na restrição da mobilidade, na perda de áreas produtivas e na fragilização de práticas sociais e culturais vinculadas ao território.

C) OMISSÃO INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA DO ESTADO

Os relatos são convergentes quanto à insuficiência da proteção institucional nos territórios pesquisados. Denúncias de ameaças, invasões, conflitos territoriais e crimes ambientais raramente resultam em providências efetivas por parte do Estado, contribuindo para a sensação de abandono e insegurança vivenciada pelas comunidades. Em diferentes contextos, foram registradas situações de ausência de proteção estatal, baixa presença de órgãos públicos, fragilidade dos mecanismos de proteção territorial e morosidade nos processos de regularização fundiária, especialmente em territórios indígenas e quilombolas.

A pesquisa identificou também situações de criminalização de movimentos sociais, repressão a lideranças comunitárias, violência policial e episódios de impunidade, evidenciando que a atuação estatal nem sempre se expressa pela ausência, mas também por formas de intervenção que aprofundam conflitos e vulnerabilidades. Em alguns territórios, agentes públicos aparecem associados a práticas de intimidação ou à defesa de interesses contrários às reivindicações das comunidades, agravando a desconfiança em relação às instituições.

A subnotificação constitui um elemento estrutural. O medo de represálias, a descrença na efetividade das denúncias e a percepção de que os órgãos responsáveis não oferecem respostas adequadas fazem com que muitos casos permaneçam fora dos registros oficiais. Além disso, o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, justiça e regularização territorial, é frequentemente dificultado por barreiras institucionais que limitam o exercício pleno da cidadania por povos e comunidades tradicionais.

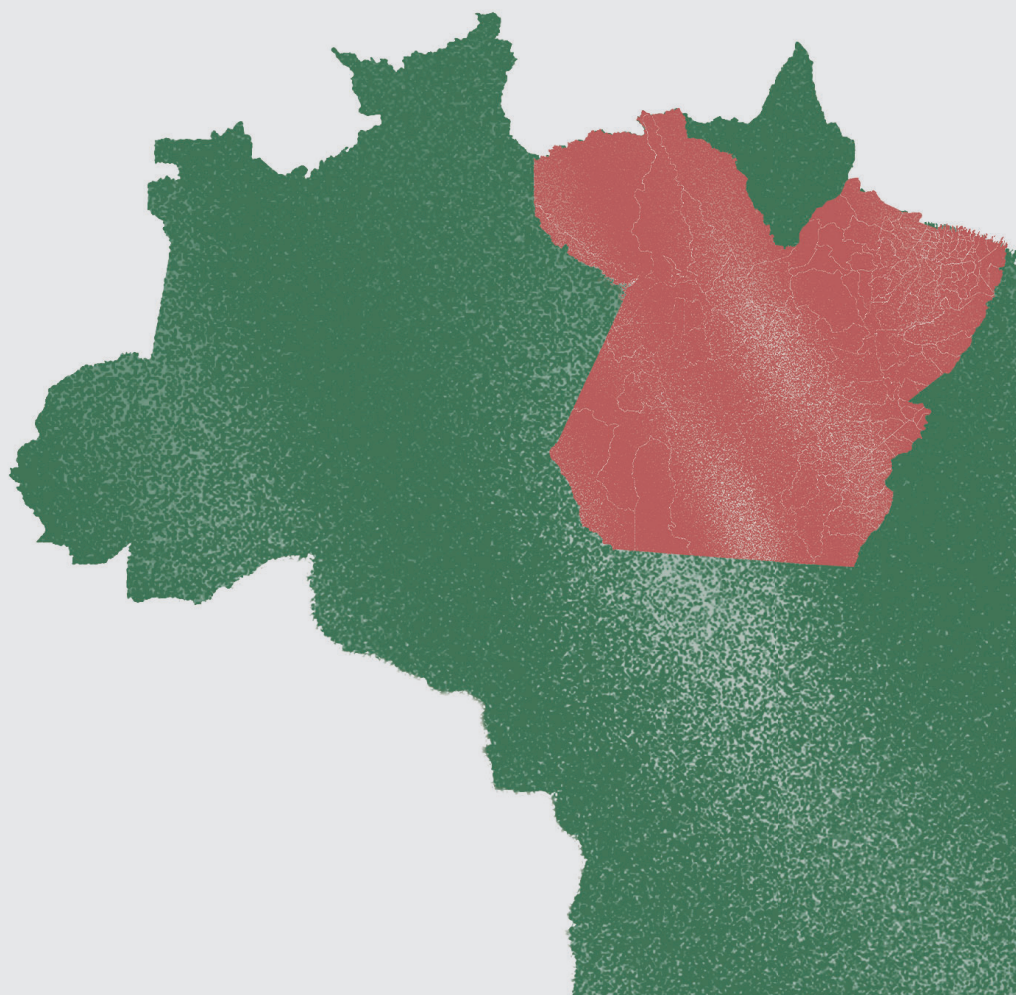
D) VIOLÊNCIA DE GÊNERO, GERACIONAL E VIOLÊNCIA CULTURAL

Mulheres, jovens, crianças e idosos são atingidos de formas específicas pelos contextos de violência identificados pela pesquisa. As mulheres assumem papel central na resistência territorial e na organização comunitária, acumulando maior exposição a ameaças e sobrecarga de responsabilidades. Entre os jovens, destacam-se os impactos das restrições de mobilidade e, em alguns contextos, do recrutamento por facções criminosas.

A violência cultural e epistêmica manifesta-se por meio da invisibilização de identidades e territórios, da restrição de práticas tradicionais e da fragilização dos modos de vida e conhecimentos transmitidos entre gerações. Embora pouco visíveis nos registros oficiais, esses processos afetam diretamente a reprodução cultural, social e política dos povos e comunidades tradicionais.

E) ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS DE PROTEÇÃO

Os territórios não se apresentam apenas como espaços de vulnerabilidade, mas também como espaços de resistência e construção de alternativas. A pesquisa identificou sistemas comunitários de vigilância territorial, redes de comunicação e alerta, organizações de mulheres, associações indígenas e quilombolas, processos de retomada territorial e diferentes formas de organização comunitária voltadas à proteção coletiva. Um dos principais resultados observados é que as respostas à violência tendem a se estruturar por meio de redes de apoio, articulação e solidariedade entre comunidades, demonstrando que a proteção territorial é construída, em grande medida, de forma coletiva. Essas iniciativas constituem respostas concretas que antecedem e complementam a ação do Estado, fortalecendo a capacidade local de prevenção, denúncia e enfrentamento das violências.





3.

IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Os resultados da pesquisa permitem identificar um conjunto de medidas prioritárias para o enfrentamento da violência contra povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense. As recomendações apresentadas a seguir derivam diretamente das dinâmicas observadas nos territórios e da experiência acumulada dos membros da Rede. Elas buscam responder aos principais fatores de vulnerabilização identificados, contribuindo para o fortalecimento da proteção territorial, da segurança comunitária e da garantia de direitos.

I) Proteção Territorial

Os resultados indicam que a insegurança fundiária está na origem, ou potencializa, grande parte das violências documentadas. A morosidade nos processos de demarcação e regularização de terras indígenas, territórios quilombolas, assentamentos e outras áreas de uso coletivo cria condições favoráveis para a atuação de grileiros, empresas, grupos armados e outros agentes interessados na apropriação dos territórios. Nesse contexto, acelerar os processos de reconhecimento, demarcação, titulação e

regularização territorial constitui uma medida fundamental para a redução dos conflitos e para o fortalecimento da proteção territorial. Embora não seja suficiente para enfrentar, isoladamente, a complexidade das violências identificadas, a segurança jurídica dos territórios representa uma condição indispensável para a garantia de direitos e para a permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios.

II) Proteção de lideranças e defensores territoriais

Identificou-se que lideranças indígenas, quilombolas, comunitárias, ribeirinhas e defensoras e defensores dos direitos humanos figuram entre os grupos mais expostos à violência nos territórios analisados. Ameaças, perseguições, atentados, tentativas de homicídio e assassinatos aparecem de forma recorrente em contextos marcados por conflitos territoriais, fundiários e socioambientais.

Além disso, os Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos — tanto o estadual quanto o federal — na forma como estão estabelecidos e são operacionalizados, incorrem em dois problemas centrais. Ao retirar as lideranças das suas comunidades, enfraquecem a luta e violam os direitos dessas lideranças à vida em comunidade. E, em razão da corrupção de agentes públicos, expõem as lideranças a riscos de vida ainda maiores, fazendo com que a maioria se recuse a fazer parte do programa.

Nesse cenário, é fundamental **reformular os programas públicos de proteção a lideranças e testemunhas ameaçadas, ouvindo as comunidades e movimentos sociais para que as suas necessidades sejam de fato atendidas e sua segurança atendida**. É necessário também, garantir mecanismos de financiamento às soluções já implementadas pelas comunidades e movimentos sociais, garantindo atendimento ágil às denúncias,

apoio psicossocial às vítimas e a construção de sistemas de alerta precoce em diálogo com as próprias comunidades.

III) Combate à violência policial e acesso à justiça

Na pesquisa identificou-se um duplo padrão de comportamento por parte dos órgãos de proteção do Estado brasileiro no que diz respeito às violências e pressões sofridas pelos povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense. Na maioria das vezes, destaca-se uma atuação morosa e até mesmo omissa, que abandona essas populações à própria sorte, exigindo delas o esforço de auto-proteção para sobrevivência. Nesse sentido, é urgente o **fortalecimento de mecanismos de denúncia — como ouvidorias e conselhos — garantindo a sua segurança, agilidade e participação efetiva da sociedade civil, de forma a garantir que os órgãos de justiça cheguem às áreas remotas da Amazônia.**

Por outro lado, quando presentes, os órgãos de segurança do Estado muitas vezes atuam aprofundando as violências às quais os PCT estão expostos, reproduzindo preconceitos contra populações específicas ou até mesmo agindo de forma corrupta em benefício dos atores que pressionam esses territórios. É essencial, nesse contexto, **implementar políticas de segurança pública que respeitem os povos e comunidades tradicionais e que combatam a extorsão e o abuso policial**, como a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais.

IV) Melhoria dos sistemas de monitoramento: produção de diagnósticos em rede e fortalecimento de soluções comunitárias

A pesquisa demonstrou que os sistemas convencionais de registro da violência, baseados principalmente em ocorrências policiais e indicadores de homicídio, são insuficientes para captar a complexidade das dinâmicas observadas nos territórios. Restrições de circulação, abandono de áreas produtivas, controle informal de territórios, deslocamentos silenciosos, violência cultural e impactos sobre os modos de vida constituem dimensões centrais da violência, mas permanecem amplamente invisíveis e subnotificados nos registros governamentais. Como resultado, políticas públicas formuladas a partir desses dados tendem a subdimensionar a gravidade e a extensão dos problemas enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais.

Nesse contexto, a matriz de indicadores desenvolvida pela pesquisa oferece uma alternativa para ampliar a capacidade de monitoramento dessas violências, incorporando dimensões territoriais, culturais, institucionais e socioeconômicas frequentemente ausentes dos sistemas governamentais. Os resultados também evidenciam a importância da **produção comunitária de dados e da articulação em rede como estratégias para qualificar diagnósticos, fortalecer mecanismos de denúncia e ampliar a incidência política dos territórios**. O fortalecimento e a institucionalização da Rede de Governança de Territórios em Vulnerabilidade representam, nesse sentido, uma oportunidade para **consolidar processos permanentes de monitoramento, produção compartilhada de informações e defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais**. A Rede constitui uma estratégia para enfrentar a subnotificação das violências que afetam povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense. Articulando organizações indígenas, quilombolas, ribeirinhas,

movimentos sociais e instituições parceiras, a Rede fortalece a produção compartilhada de informações, o monitoramento territorial, a incidência política e os mecanismos de autoproteção comunitária. A sistematização desses dados contribui para dar visibilidade a violências frequentemente ausentes dos registros oficiais e para subsidiar ações de proteção, promoção de direitos e defesa dos territórios.

V) Enfrentamento às Violências de Gênero e ao Racismo

Este estudo corrobora diversas pesquisas de opinião recentes a nível nacional, ao indicar que mulheres, e de forma ainda mais aguda mulheres negras, trans, lésbicas e meninas, estão expostas a múltiplas camadas de violências, sejam elas concretas ou simbólicas. O medo e a sobrecarga são particularmente mais fortes neste público, apesar desses elementos serem invisibilizados pelo número de homicídios maior entre homens. É, nesse sentido, essencial a **criação de políticas públicas específicas para lidar com as diversas formas de violência que afetam as mulheres, especialmente mulheres negras, LGBTQIAPN+ e meninas, nos territórios**. Dentre essas políticas precisam constar desde medidas específicas de investigação e responsabilização de agressores; treinamento de servidores públicos para atuação de forma digna; e medidas para garantir a autonomia econômica dessas mulheres.

VI) Enfrentamento ao crescimento de arsenais privados

O crescimento dos arsenais privados observado nos últimos anos, especialmente na Amazônia Brasileira, representa um elemento adicional de risco para territórios já marcados por disputas fundiárias, atividades ilícitas e fragilidade da proteção estatal. Torna-se necessário, portanto, **fortalecer as políticas de controle, fiscalização e rastreamento de armamentos e munições na região, com atenção especial aos contextos de conflito territorial**. Entre as medidas possíveis, destacam-se a realização de campanhas regionais de entrega voluntária e recompra de armas, a criação ou fortalecimento de delegacias especializadas em controle de armamentos e o desenvolvimento, no âmbito da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Armas, Munições, Acessórios e Explosivos (Renarme), de ações específicas voltadas à identificação, investigação e responsabilização de casos envolvendo ameaças e ataques contra povos e comunidades tradicionais.

VII) Representatividade política

A invisibilidade das pressões violentas sobre os povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense se expressa no seguinte binômio: a repercussão nacional de casos de violências é exceção; enquanto a rotina cotidiana de violências é a regra. Essa situação torna esses grupos ainda mais vulneráveis e distantes da capacidade de mobilizar políticas públicas de proteção efetivas. Nesse sentido, é urgente que lideranças de povos e comunidades tradicionais consigam alcançar posições nos três poderes.

A Lei Federal nº 12.034/2009 e a Emenda Constitucional nº 111, determinam regras específicas para fortalecer a candidatura de mulheres e pessoas negras. No entanto, muitas vezes, o que se

vê é o desvirtuamento das regras em “candidaturas laranja”, que não têm nenhuma adesão dentre as comunidades que deveriam representar. Portanto, é imprescindível **aperfeiçoar as leis vigentes de forma a fortalecer candidaturas negras, indígenas e populares que tenham compromisso real com a “cara e o corpo do quilombo/aldeia”**, fazendo assim com que as vozes dessa população cheguem aos espaços de tomada de decisão.

VIII) Articulação entre segurança pública e questão socioambiental

Os resultados da pesquisa demonstram que a violência armada na Amazônia paraense não pode ser compreendida apenas como um problema de segurança pública. Em diferentes territórios, foram observadas conexões entre conflitos fundiários, mineração, garimpo, exploração ilegal de recursos naturais, grilagem de terras e atuação de grupos armados, revelando a sobreposição de dinâmicas que articulam interesses econômicos, controle territorial e violência. Nesse contexto, respostas fragmentadas, tratando separadamente questões de segurança pública, meio ambiente, regularização fundiária e proteção territorial, tendem a apresentar alcance limitado diante da complexidade dos problemas identificados.

A pesquisa evidencia a necessidade de **ações coordenadas entre diferentes órgãos, políticas públicas e esferas de governo, reconhecendo que violência armada, crime organizado e degradação territorial e ambiental são fenômenos interdependentes**. O fortalecimento da proteção dos povos e comunidades tradicionais deve ser compreendido não apenas como uma agenda de direitos humanos, mas também como uma estratégia de conservação territorial e enfrentamento da crise climática.

Nesse sentido, **iniciativas voltadas à proteção territorial, ao monitoramento das violências e ao fortalecimento da governança comunitária** devem ser incorporadas aos mecanismos de financiamento climático e às políticas de adaptação e conservação da Amazônia.

IX) Compreensão da agenda de justiça e adaptação climática como elementos centrais da segurança dos PCTs

Para os povos e comunidades tradicionais, não existe separação entre comunidade e território. A segurança do território é condição para a sobrevivência de suas comunidades, uma vez que há uma ligação indissociável entre corpo-território. Nesse sentido, a agenda da adaptação climática torna-se, ela também, uma questão de sobrevivência e, portanto, de segurança. Neste contexto, esta Rede defende que deve fazer parte de uma agenda de segurança os seguintes elementos:

- **Saneamento e Água Potável:** garantia de acesso a água de qualidade, combatendo o envenenamento e poluição dos rios por agrotóxicos e rejeitos;
- **Soberania Alimentar:** apoio à produção de alimentos saudáveis (sem veneno) e educação que valorize os saberes da terra e da floresta;
- **Titularidade e Respeito aos Modos de Vida:** reconhecimento de que a justiça climática passa, obrigatoriamente, pela regularização fundiária e proteção dos territórios contra o desmatamento;

- **Formação Política e Ambiental:** Potencializar cursos e capacitações para mulheres e jovens sobre o nexo entre clima, gênero e território;
- **Educação Territorial:** Implementação de currículos escolares que dialoguem com a realidade das águas, matas e campos.

SOBRE O ATLAS DA VIOLÊNCIA ARMADA CONTRA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA PARAENSE

O Atlas da Violência Armada Contra Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia Paraense é um projeto da Rede de Governança de Territórios em Vulnerabilidade, composta por organizações que atuam no Pará e, juntas, se dedicam a dar visibilidade às violências que ameaçam a sobrevivência de povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense; e atuar de forma coordenada para construir uma agenda de proteção efetiva e abrangente.

Em seu primeiro ciclo (de 12 meses) o projeto consistiu: (1) na realização de pesquisa diagnóstica a respeito de violências armadas contra povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense; (2) na formação da Rede de organizações que assina este documento; (3) na formulação de propostas de atuação concretas para solucionar os problemas identificados; e (4) na criação de uma matriz de indicadores para monitorar as violências identificadas. Nesta etapa, o projeto foi liderado e incubado no Instituto Fogo Cruzado — que assume a secretaria executiva da Rede por um período de 2 anos — e apoiado pelo Instituto Clima e Sociedade.

A REDE É COMPOSTA POR*

Acampamento Terra
e Liberdade - MST

Associação Comunitária de
Moradores do Bairro Araguaia
- ASCOMBA

Associação do PAE Lago Grande

Associação do Povo Tembé

Coletivo Amazônico
LesBiTrans Abaetetuba

Coletivo de Mulheres Negras
Maria Maria - COMUNEMA

Coletivo Sapato Preto

ColorAfro Xingu

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Conselho Indígena Tapajós
e Arapiuns - CITA

Conselho Indígena Terra Cobra
Grande - COINTECOG

Coordenação das Associações das
Comunidades Quilombolas do
Estado do Pará - MALUNGU

Fórum Popular das Comunidades
e Lideranças do Médio Xingu por
Justiça Climática e Ambiental
- FOCLIMAX

Frente Feminista do Baixo Tocantins

Instituto Mãe Crioula

Movimento dos Pescadores
e Pescadoras Artesanais
do Brasil - MPP

Observatório do Marajó

Paróquia Nossa Senhora
Rainha da Paz

Sociedade Paraense de Defesa
dos Direitos Humanos - SDDH

Território Mãe Maria - Povo Gavião
ZarabatanaINFO

* A Rede de Governança de Territórios em Vulnerabilidade está em estágio de formação. Nos últimos 8 meses, 24 organizações participaram das reuniões e tratativas para construir e compor a Rede, algumas das quais ainda avaliam internamente o momento oportuno de terem seus nomes divulgados. A Rede tem por objetivo reunir organizações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, movimentos sociais, coletivos e instituições parceiras em torno da produção compartilhada de informações, da incidência política e do fortalecimento das estratégias comunitárias de proteção.

FICHA TÉCNICA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

INSTITUTO FOGO CRUZADO

Cecília Olliveira

Diretora executiva

Maria Isabel Couto

Diretora de dados e transparência

Marianna Araujo

Diretora de comunicação e inovação

Davi Arloy

Gerente de gestão

Diogo Santos

Gerente de comunicação e inovação

Terine Husek Coelho

Gerente de pesquisa

Eryck Batalha

Coordenador Regional

Layla Santos

Assistente Administrativo Financeiro

EQUIPE DE PROJETO

Dandara Rudsen

Gerente do Projeto

Ruan Guajajara

Coordenador de Pesquisa

Igo Pereira da Silva

Maria Madalena Silva da Silva

Railana Fernanda de Jesus Neres

Eryck Batalha

Pesquisadores Seniors

Gabbe Mendes dos Anjos

Leandro Sarrazin

Lucas Patrick

Yuri Santana Rodrigues

Pesquisadores Juniors

Amanda Kássia Brito Ramos

Claudete Souza de Assunção

Maria de Lourdes A. do Nascimento

Polliane Barbosa Soares dos Santos

Raiane Fonseca Alves

Ricardo dos Santos Aires

Topramre Ahkitkwyi Junure Totore

Mobilizadores de campo

Railana Fernanda de Jesus Neres

Ruan Guajajara

Redação e Revisão do Texto

Daniele Silva

Keille Lorainne (Estúdio Solar)

Projeto Gráfico

Daniele Silva (Estúdio Solar)

Capa e Diagramação